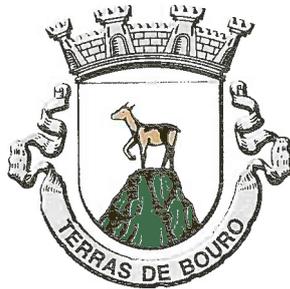


Livro nº. 6

Folha 88

Registo Municipal de Terras de Bouro



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2009/2012

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2012/04/27

*ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE*

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **Apreciação da Atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de Setembro;** -----
2. **Análise e votação de alteração ao Mapa de Pessoal;** -----
3. **Análise e deliberação sobre a proposta da Divisão de Planeamento e Urbanismo relativa à indigitação da Senhora Engenheira Liliana Azevedo, técnica do Município, para efeitos de avaliação do estado de conservação dos imóveis no concelho, no âmbito dos requisitos constantes da Portaria Número mil cento e noventa e dois de dois mil e seis, de três de Novembro;** --
4. **Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e onze.** -----

----- Devido a impedimento temporário do senhor Dr. Ricardo Gonçalves, Presidente da Assembleia Municipal, assumiu a presidência desta sessão o senhor Avelino José Antunes Soares, tendo o senhor Guilherme José Coelho Alves assumido o lugar de Primeiro Secretário. -----

----- Esteve presente nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os senhores Vereadores Dr.^a Liliana Machado e Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta assembleia, num total de trinta e quatro, tendo-se

Ricardo Manuel Fernandes Gonçalves

verificado as faltas justificadas do Senhor Deputado Agostinho Dias Moura e da Senhora Deputada Lurdes Araújo, tendo sido esta substituída, nos termos da Lei, pelo Senhor Deputado Alberto Casimiro Gonçalves. -----

----- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa em regime de substituição declarou aberta a Sessão, começando por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- Sobre esta matéria foi dado conhecimento do envio, por parte do Senhor Eurodeputado Engenheiro José Manuel Fernandes, da agenda de sua autoria, intitulada "A Nossa Terra". -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que mereceu a intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira, relativamente à segunda página, na qual consta a intervenção do senhor Deputado Agostinho Moura, para justificar a sua abstenção de votar a ata, que se transcreve: "Sobre a mesma pediu a palavra o senhor Deputado Agostinho Moura para manifestar o seu repúdio por certas afirmações que nela são transcritas relativamente ao seu livro, apresentado nas cerimónias do Dia do Município e que segundo o próprio demonstram por quem as proferiu total desconhecimento e ignorância". No entender do senhor Deputado Alexandre Pereira, não está correta esta justificação uma vez que o senhor Deputado Agostinho Moura só devia declarar que se abstinha de votar a ata pelo facto de não ter estado presente nessa sessão da assembleia e não apresentar como argumentos assuntos abordados nessa sessão onde nem sequer esteve presente. -----

----- Sobre esta intervenção, o senhor Avelino Soares, presidente da mesa, usou da palavra para esclarecer que só os próprios membros da assembleia podem solicitar correções às suas intervenções. Deste modo, o senhor Deputado Alexandre Pereira apenas deve solicitar alterações relativas às suas intervenções e não às intervenções de outros membros desta Assembleia. -----

----- Continuou no uso da palavra o senhor Deputado Alexandre Pereira, referindo a necessidade de outra correção na nona página da ata, sobre as gravações da Assembleia Municipal, e cita-se, "O mesmo deputado referiu-se à gravação das sessões da Assembleia Municipal, sugerindo a comparticipação de todos os membros deste

órgão na aquisição de um aparelho de gravação, já que o senhor Presidente da Câmara não mostra interesse em despende dinheiro nesta aquisição”, fim de citação. Para o senhor Deputado, o conteúdo desta intervenção não está correta, na medida em que o mesmo referiu que a despesa deveria ser suportada pelos deputados municipais que recebem as ajudas de custo mais elevadas pelo facto das suas áreas de residência serem fora do concelho. Quem vem de mais longe recebe mais e, por isso, deve custear a aquisição do aparelho para gravar as sessões desta assembleia, concluiu. -----

----- Feitas as alterações à ata, foi a mesma sujeita a votação, tendo sido aprovada por maioria, com um voto contra do senhor Deputado Alexandre Pereira, do Partido Comunista Português. -----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal em regime de substituição concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que este comunicasse à Assembleia os assuntos que lhe parecessem importantes ou oportunos para conhecimento e análise deste órgão. Assim, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou à consideração da Assembleia Municipal um assunto atual e polémico, designadamente a “Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso”, convidando o Chefe da Divisão Financeira e Contratação Pública do Município a prestar alguns esclarecimentos aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Assumiu, então, a palavra nesta sessão, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Dr. Paulo Antunes, Chefe da Divisão Financeira e de Contratação Pública, que explicou a Lei número oito de dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, conhecida por “Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso”, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos de despesa e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. A propósito, o Dr. Paulo Antunes abordou algumas questões sobre a referida lei, nomeadamente a assunção de compromissos de despesa, pagamentos em atraso, os procedimentos a ter em conta, alertando também para o incumprimento do previsto na LCPA e conseqüentemente as responsabilidades civis, criminais e financeiras que tal incumprimento poderá acarretar para os titulares de

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

cargos políticos (Presidentes e Vereadores), dirigentes e responsáveis pela contabilidade (Chefes de Divisão que supervisionam os serviços de contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na referida lei). Referiu ainda que as entidades com pagamentos em atraso terão que elaborar uma série de declarações, um plano de liquidação dos pagamentos em atraso, bem como uma redução de cinco por cento desses valores em atraso até ao final de Junho de dois mil e doze e de dez por cento até ao final do ano. -----

----- Por último, o senhor Dr. Paulo Antunes referiu que os serviços administrativos e financeiros do Município estão disponíveis para auxiliarem os Presidentes das Juntas de Freguesia e prestarem os esclarecimentos necessários sobre este assunto. -----

----- De seguida, assumiu a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, agradecendo ao senhor Dr. Paulo Antunes a sua intervenção e questionando os senhores deputados se teriam alguma questão a colocar. -----

----- A intervenção seguinte foi do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe que referiu que a LCPA já vem tarde, pois deveria ter entrado em vigor há mais tempo.

----- Retomando a sua intervenção neste período, o Senhor Presidente da Câmara Municipal alertou para o facto de os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia estarem atentos a estas novas regras contabilísticas, referindo, no entanto, que as Juntas de Freguesia do concelho não têm dívidas merecedoras de preocupação, pois só assumem compromissos de despesa dentro das suas disponibilidades financeiras. -----

----- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor Deputado Alexandre Pereira, referindo que é impensável que, apesar das dificuldades e exigências impostas pela “Lei dos Compromissos”, seja possível num futuro próximo não haver dinheiro para pagar os ordenados dos funcionários municipais. Acrescentou que as pessoas não poderão aguentar serenamente, por muito mais tempo, as medidas restritivas do governo que arrastam o país para a miséria. “As pessoas não ficarão em casa, a verem novelas, sem tomarem posições contra esta política cega de austeridade que agrava as injustiças, pois enquanto o povo sofre com ordenados de miséria e com o desemprego, há quem viva faustosamente”, salientou o senhor Deputado, tendo apresentado como exemplo

o caso do senhor Dr. Jardim Gonçalves do BCP, que recebe uma reforma de cento e sessenta e sete mil euros por mês. -----

----- Usou depois da palavra o senhor Avelino Soares, para agradecer a disponibilidade e os esclarecimentos do Dr. Paulo Antunes. Continuando a sua intervenção neste período, propôs a esta Assembleia que fosse incluído na Ordem de Trabalhos um voto de pesar pelo falecimento da esposa do senhor Deputado Agostinho Moura, que faleceu no dia 6 de abril. Referiu ainda que o executivo municipal se fez representar na celebração fúnebre pelo senhor Presidente e a Assembleia Municipal pela sua pessoa.

----- Posta à votação, foi aprovado por unanimidade a inclusão na Ordem de Trabalhos do referido voto de pesar. -----

----- Retomando a palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal em regime de substituição concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que este continuasse a sua intervenção com os outros assuntos que lhe parecessem importantes ou oportunos para conhecimento, debate e análise deste órgão. Assim, o senhor Presidente da Câmara colocou à consideração da Assembleia Municipal os seguintes temas: situação da TDT (Televisão Digital Terrestre) em Terras de Bouro, solicitando o ponto de situação nas freguesias do concelho após o apagão da rede analógica do dia anterior; informações sobre a Reforma Administrativa do país e as propostas de reorganização administrativa do território em termos de agregação de Juntas de Freguesias; intenção da EDP de baixar gradualmente até trinta e um de Maio, a cota da água da Albufeira da Caniçada, até atingir um metro e oitenta abaixo da cota de estiragem, devido à necessidade da construção de um túnel entre a Barragem de Salamonde e a Barragem da Caniçada. O senhor Presidente da Câmara referiu também a disponibilidade da Câmara Municipal ceder às Juntas de Freguesia algumas escolas primárias desativadas e em degradação progressiva. Por último, o senhor Presidente da Câmara referiu a necessidade de se debater os locais das feiras da sede do concelho e da vila do Gerês, pois torna-se necessário repensar a alteração do local das mesmas, deslocando-as para as avenidas principais, tanto da vila de Terras de Bouro como do Gerês. -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

----- Entretanto, chegou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Gonçalves, que tomou o seu lugar na mesa. Usou de seguida da palavra para saudar os presentes, pedindo desculpa pelo seu atraso, justificado com a sua presença na conferência do senhor Dr. Mário Soares, em Cabeceiras de Bastos. De seguida, abriu as inscrições para o período de “antes da ordem do dia”. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes Deputados Municipais: o senhor Américo Pereira, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, o senhor Óscar Rodrigues, o senhor Alexandre Pereira, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cibões, o senhor António Cunha e por último o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Américo Pereira para abordar a necessidade urgente da manutenção e da colocação de sinalética nos trilhos pedestres e da Geira Romana, esta última um cartaz de visita ao concelho. -----

----- A intervenção seguinte foi da autoria do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, que começou por abordar os problemas causados pela extração de inertes, alvo de fiscalização por parte da GNR – EPNAZE e que as multas são elevadíssimas, na casa dos vinte mil euros. O mesmo deputado salientou que as populações mais “perseguidas e massacradas” pelos agentes de fiscalização são as que estão incluídas na área do Parque Nacional da Peneda Gerês, tendo solicitado a intervenção do senhor Presidente da Câmara para atenuar este grave problema, pois as populações estão sujeitas a coimas injustificáveis. -----

----- Continuando a sua intervenção, o mesmo deputado referiu que, relativamente ao “apagão” da televisão analógica do dia vinte e seis de abril, a freguesia do Campo do Gerês está sem cobertura TDT, o que causa grandes transtornos para a população, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as medidas previstas para a resolução do problema, uma vez que a autarquia já assumiu a colocação de retransmissores em Gondoriz e Vilar da Veiga. -----

----- A intervenção seguinte foi da autoria do senhor Deputado Óscar Rodrigues que colocou questões sobre a Reforma do Poder Local, nomeadamente os poderes da Assembleia Municipal relativamente à questão da agregação de freguesias. Referiu

ainda que, relativamente à problemática da falta de cobertura TDT no concelho de Terras de Bouro, o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal deveriam unir esforços de protesto, como já foi feito, e a autarquia deveria ser ressarcida por parte da PT do investimento já aplicado no terreno. -----

----- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor Deputado Alexandre Pereira que começou por referir que, relativamente à TDT, o senhor Presidente do Município sempre dera informações nas reuniões da Assembleia Municipal e na revista municipal para que as pessoas não adquirissem material sem um esclarecimento total da situação e não se deixassem enganar por vendedores oportunistas. Contudo, e apesar da colocação por parte da autarquia de um retransmissor para a freguesia de Vilar da Veiga, ainda há muitas famílias sem televisão. A propósito, comentou que a TDT se torna bastante dispendiosa para as famílias mais carenciadas, porque além da compra do material, antena e decodificador, ainda é necessário pagar a um técnico para verificar a existência de sinal e pagar a instalação do referido material. Ainda sobre este assunto, o mesmo Deputado lamentou ainda que, com a implementação de um retransmissor na freguesia de Vilar da Veiga, se tivesse privilegiado o lado mais forte, isto é, os hotéis, pensões e casas de turismo e não o lado mais fraco que são as famílias, muitas delas tendo a televisão como única companhia. -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor Deputado Alexandre Pereira demonstrou o seu agrado com a transferência do local da feira no Gerês para a avenida principal daquela vila. Solicitou esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: a criação recente da Comissão Municipal de Turismo; a situação do concurso para a exploração do Bar da Fronteira da Portela do Homem; o atraso nas obras do campo de futebol da Pereira, no Gerês; a preparação por parte da autarquia e da Proteção Civil municipal para a época de incêndios florestais que se aproxima, referindo a importância do diálogo com as populações, que conhecem melhor do que ninguém o terreno. -----

----- O mesmo deputado sublinhou, ainda, o ponto referido pelo senhor Presidente do Município, relativamente às escolas primárias do concelho, relembrando o interesse

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

várias vezes demonstrado pelo Conselho Diretivo de Baldios de Vilar da Veiga na escola primária de Admeus para a sua sede. Por isso, e tendo em conta a abertura da Câmara Municipal de ceder as escolas primárias às instituições locais, espera que o pedido do Conselho Diretivo de Baldios de Vilar da Veiga seja deferido rapidamente. -----

----- Após esta intervenção, usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cibões, que questionou o senhor Presidente do Município sobre a pavimentação da estrada municipal para Gondoriz, Cibões e Brufe. Esta questão prende-se com uma informação avançada por um membro da Assembleia de Freguesia de Cibões que declarou ter informação segura da transferência para a Câmara Municipal de cerca de um milhão de euros para a pavimentação da referida estrada. Caso seja confirmada essa informação, a Junta de Freguesia de Cibões não concorda que a referida pavimentação seja efetuada com lamas betuminosas mas sim com tapete betuminoso.

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe tomou a palavra, abordando o tema dos lixos das obras (resíduos sólidos), pois já anteriormente referiu a importância da criação de locais onde os empreiteiros pudessem colocar esses lixos ou resíduos, como por exemplo um local no vale do Homem e outro no vale do Cávado. Referiu que, atualmente, tem em França algumas obras e tem verificado a existência desses locais bastante práticos. Também mostrou o seu desagrado com a colocação indevida de entulhos à face das estradas e em locais impróprios para o efeito. Quanto à extração de inertes, refere a importância de existirem regras de extração para defesa do meio ambiente e dos ecossistemas. -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe abordou a questão da agregação de freguesias, referindo que cada freguesia tem uma cultura própria, costumes diferentes e esta situação da agregação não resolve nenhum problema, pois com a retirada das Juntas de Freguesia algumas freguesias ficarão ainda mais isoladas. Referiu ainda que, no seu entender, a Câmara Municipal não deve apresentar nenhuma proposta de fusão de freguesias. Acima de tudo deve ser mantida a identidade de um povo, concluiu. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado António Cunha, abordando as obras do campo de futebol da Pereira e a estimativa dos custos dessas obras. Referiu-

se também à deficiente sinalética dos trilhos e tornou a abordar a questão dos azulejos do curso de cerâmica que deveriam ser utilizados pelo Município para revestimento de alguma parede de modo a divulgar esse trabalho. Por último, demonstrou o seu agrado pela presença do senhor Presidente do Município e do senhor Vereador António Afonso na manifestação do passado dia vinte e cinco de abril, no Gerês, contra as taxas praticadas pelo PNPG. A propósito, declarou que considera inadmissível que seja necessário solicitar autorização para andar a pé na zona da Mata da Albergaria e noutras zonas, com uma antecedência de muitos dias, e que sejam cobradas taxas no valor de cento e cinquenta e dois euros para obter esse parecer, independentemente de ser deferido ou indeferido. Terminou a sua intervenção manifestando o seu desagrado com esta situação que afastará muita gente que quer visitar o concelho de Terras de Bouro. -----

----- De seguida assumiu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, que começou por agradecer ao senhor Presidente do Município o apoio prestado às populações no que concerne à TDT, na sua freguesia. -----

----- Relativamente à questão da mudança de local da realização da feira na vila do Gerês, o Presidente da Junta de Vilar da Veiga entende que se trata de uma excelente iniciativa, emprestando um maior dinamismo à Vila do Gerês e, apesar de algumas contestações por parte de comerciantes locais, com certeza que a seu tempo se irá verificar que efetivamente é uma mais-valia para a dinamização daquela vila termal. ---

----- Sobre este assunto interveio o senhor Deputado Américo Pereira, referindo que, ao longo dos tempos, as pessoas acabaram por adquirir uma certa vergonha pela realização das feiras nos centros urbanos. Mas tem verificado que, nas grandes cidades europeias, as feiras se realizam nos locais nobres das cidades. As feiras dão vida aos centros urbanos e, por isso, em Terras de Bouro, devem ser deslocadas para os centros das duas vilas, como já está a acontecer na vila do Gerês, e sugeriu ainda que o largo em frente ao edifício da Câmara Municipal, em dias de feira, ficasse destinado aos pequenos comerciantes locais, por ser o local mais nobre, defendeu o senhor Deputado. -----

Ricardo Manuel Correia Gonçalves

----- De seguida e sobre o tema das feiras, usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aproveitando para referir que os locais das feiras foram e continuam a ser assunto de discussão e que os políticos devem abordar este assunto pois é vital para a continuidade das feiras. Destacou o interesse crescente de regressar às origens, pois as feiras, desde a Idade Média, sempre foram nos locais mais centrais das cidades e vilas e hoje já se concluiu que as feiras devem ocupar esses locais. Continuando a sua intervenção, referiu também a problemática das avaliações em curso dos imóveis para efeitos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), uma vez que as pessoas não têm noção do que realmente está a ser feito e vão ter grandes surpresas com as avaliações que serão elevadíssimas e o imposto sobre imóveis terá um aumento vertiginoso. -----

----- De seguida, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do Senhor Presidente do Município aos senhores Deputados. -----

----- Sobre as intervenções dos senhores Deputados Américo Pereira e António Cunha, relativamente à deficiente sinalética da Geira Romana e dos Trilhos Pedestres, o senhor Presidente do Município informou que a autarquia está a providenciar o processo de limpeza e sinalização. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente à extração de inertes, as multas são aplicadas em todas as zonas do concelho e a quem não tenha licença de extração, informando ainda que já foram realizadas algumas reuniões com o Comando Distrital da GNR e com o Senhor Comandante da Póvoa de Lanhoso, relativamente à atuação dos elementos do SEPNA/EPNAZE em todo o concelho. O senhor Presidente da Câmara referiu que está atento a estas situações e tudo fará para defender as populações, tendo reconhecido a dificuldade em dialogar com a GNR.

----- No que diz respeito à cobertura da TDT na freguesia do Campo do Gerês, o senhor Presidente informou que estão a fazer-se todos os esforços para colocar um retransmissor na freguesia de Covide, que irá cobrir as freguesias de Covide, Campo do Gerês e Carvalheira. Relativamente à opção de colocar de imediato um retransmissor

em Vilar da Veiga, deveu-se ao facto de ser uma zona turística e com muitos hotéis, sendo demasiado dispendioso para as pessoas a aquisição dos equipamentos da TDT. -

----- Sobre a intervenção do senhor Deputado Óscar Rodrigues, referente à agregação de freguesias, o senhor Presidente informou que, atualmente, o concelho tem de reduzir quatro freguesias e o Executivo pode, de facto, apresentar uma proposta à Assembleia Municipal para discussão. Mas o Executivo municipal não está disponível para elaborar uma proposta porque não foi eleito para uma "comissão liquidatária". ---

----- No que diz respeito aos custos suportados pelo Município referentes à colocação de retransmissores TDT e a compensação dos mesmos por parte da PT, o senhor Presidente informou que a autarquia tem estabelecido contactos com outras operadoras para as telecomunicações fixas e móveis e, surgindo melhores condições contratuais, serão estabelecidos contactos com a PT no sentido da renegociação dos contratos e de arranjar forma de recuperar o dinheiro despendido pelo Município com a TDT. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Deputado Alexandre Pereira sobre a TDT, efetivamente, sempre foi assumida a posição por parte da Câmara Municipal de alertar as pessoas para não adquirirem equipamentos sem terem a certeza do que realmente iriam precisar. Apesar de não ser possível uma cobertura TDT da totalidade do território do concelho, o Município mostrou empenho e resolveu muitos problemas, mesmo sabendo que não conseguiria resolver todos os problemas. -----

----- Já no que diz respeito às questões levantadas pelo senhor Deputado Alexandre Pereira e pelo senhor Deputado António Cunha, sobre a obra do campo de futebol da Pereira, no Gerês, e os seus custos, o senhor Presidente informou que o investimento ronda os trezentos mil euros mais IVA e está a ser gerido pelo Grupo Desportivo do Gerês, com o qual foi celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo. O executivo em permanência entendeu também que, ao arranjar o campo de futebol, seria necessário arranjar os acessos, resultando um investimento na ordem dos dezasseis mil euros. A demora na execução da obra deve-se ao facto de terem surgido problemas no nivelamento do terreno, tendo sido necessário o levantamento

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

da relva para corrigir o piso. A empresa adjudicatária assumiu esses trabalhos de reparação. Uma obra municipal deve ficar bem construída, concluiu o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Relativamente a outra questão apresentada pelo senhor Deputado Alexandre Pereira, o senhor Presidente esclareceu que a criação da Comissão Municipal de Turismo está a dar os primeiros passos e não pretende favorecer ou estimular o relacionamento com ninguém em particular, mas com todos os agentes ligados ao setor do turismo. Quanto aos incêndios florestais, o senhor Presidente informou que já foram realizadas duas reuniões com as Comissões de Proteção Civil Municipal e Distrital, não havendo grandes novidades, pois este ano existem menos verbas para o combate a incêndios florestais e provavelmente menos meios aéreos. Contudo, está a ser preparada pelo ICNB uma campanha para que pessoas voluntárias venham vigiar o PNPG, durante o verão. -----

----- Relativamente à cedência da escola primária de Admeus ao Conselho Diretivo dos Baldios de Vilar da Veiga, o senhor Presidente referiu que a mesma foi cedida à Junta de Freguesia de Vilar da Veiga e que deverá ser esta a pronunciar-se sobre a cedência daquela infraestrutura. Por último, o senhor Presidente do Município informou que o processo de concessão do Bar da Fronteira da Portela do Homem está em curso, tendo já sido elaborado um caderno de encargos no qual a concessão será efetuada por concurso público e a licença de utilização daquele equipamento será para bar. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cibões, o senhor Presidente do Município informou que a obra de pavimentação da estrada Gondoriz-Cibões-Brufe terá um custo de cento e quarenta e um mil euros, já com IVA incluído, e não de um milhão de euros. Acrescentou que não chegou à Câmara Municipal nenhuma transferência de um milhão de euros para essa pavimentação e, por isso, o membro da Assembleia de Freguesia de Cibões que afirmou ter conhecimento da transferência de um milhão de euros para essa pavimentação está completamente equivocado. -----

-----Sobre as questões levantadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe, respeitantes à criação de locais de despejo de resíduos sólidos urbanos, o

Senhor Presidente da Câmara referiu que a autarquia não tem possibilidade de criar espaços de recolha desses resíduos pois a legalização desses espaços e extremamente burocrática e dispendiosa. -----

----- Quanto à questão apresentada pelo senhor Deputado António Cunha sobre os azulejos elaborados pelo curso de cerâmica, o Senhor Presidente informou que, após troca de ideias com a senhora Dr.^a Benvinda Cosme, técnica da Ação Social do Município, os mesmos serão colocados no muro junto ao Pavilhão Desportivo, à entrada da sede do concelho. -----

----- Quanto à manifestação do dia vinte e cinco de abril, no Gerês, o senhor Presidente concordou inteiramente com as declarações do senhor Deputado António Cunha, pois foi uma manifestação de cidadania contra algumas normas e regras absurdas por parte do ICNB e PNPG, concluiu. -----

----- Para terminar a sua intervenção de respostas e esclarecimentos, o senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga sobre as iniciativas municipais relativas à TDT e à alteração do local da feira do Gerês. -----

----- Findo este período, usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Dr. Ricardo Gonçalves, para voltar a abordar a questão das avaliações das casas para efeitos de IMI. Num processo de extrema complexidade, referiu que as pessoas estão “adormecidas” e não prestam atenção ao que está a ser feito e os valores desse imposto irão aumentar drasticamente. É necessário e urgente uma atenção especial para esta situação, concluiu o Dr. Ricardo Gonçalves. -----

----- Interveio o senhor Deputado Vítor Mendes, referindo que relativamente a este assunto deveria ser constituída uma Comissão de Acompanhamento do processo de avaliações do IMI, inclusive de acompanhamento técnico e jurídico, pois os munícipes serão massacrados com mais impostos, o que tornará cada vez mais difícil a vida das pessoas. -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Guilherme Alves para referir que nas avaliações do IMI o valor de referência para a referida avaliação é o que vigora a partir

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

do Instituto Nacional de Habitação. O grande problema que se coloca é que esse valor não corresponde aos valores reais de mercado, pois uma casa adquirida há dez anos, hoje em dia, por vários motivos, inclusive pela conjuntura atual, terá um valor muito mais baixo. E essa questão não está a ser tida em conta no que concerne à avaliação do IMI, o que tornará este imposto ainda mais injusto. -----

----- O senhor Alexandre Pereira solicitou a palavra para se referir mais uma vez aos incêndios florestais, lembrando os incêndios do mês de fevereiro e as burocracias que existem em redor destas situações. Pois, com brigadas de Sapadores Florestais em Rio Caldo, Vilar da Veiga e Fafião, como é possível que, para um combate a incêndios, seja necessário, em primeiro lugar, que uma brigada vá ao local registar o acontecimento, em segundo lugar, comunicar ao CDOS e este, por último, comunicar aos bombeiros, neste caso os Bombeiros de Terras de Bouro. Perde-se muito tempo com estes procedimentos burocráticos, quando o que seria desejável e útil era uma intervenção rápida por parte das brigadas de Sapadores Florestais que, se atuassem nos primeiros momentos de um incêndio, resolveriam muitos problemas. Parece que ninguém quer ver esta situação com objetividade porque os incêndios florestais são um negócio para muita gente. -----

----- A seguir interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que, realmente, no combate a incêndios florestais existem muitas burocracias e procedimentos prévios que só fazem perder tempo e no combate aos incêndios não se pode perder tempo. Tanto quanto lhe é dado perceber, as entidades competentes preocupam-se com a defesa e segurança dos homens no terreno e as brigadas de Sapadores Florestais, no entender dessas entidades, não estão preparadas para o combate a incêndios no terreno. -----

----- Por último, o senhor Presidente da Câmara referiu que o ideal seria o PNPG ter uma brigada de intervenção rápida, para atuar logo que houvesse um alerta de incêndio. Informou ainda que, relativamente aos incêndios que ocorreram dentro da zona do PNPG em fevereiro último, a Câmara Municipal é que assumiu a despesa num montante superior a cinco mil euros, correspondente ao combustível e refeições para os bombeiros e sapadores florestais, lamentando que as entidades competentes não

assumam a comparticipação nessas despesas, apresentando o argumento de que nessa altura o país não estava sobre qualquer risco ou alerta de incêndio. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, ficando registado o pedido de intervenção do senhor José Azevedo, da freguesia de Valdosende. -----

----- Assumindo então a palavra, o senhor José Azevedo apenas quis referir que havia sido intercetado pelos elementos do SEPNA, por transportar entulho que havia carregado por boa vontade e em defesa do meio ambiente, num local em Paradela. No seguimento dessa interceção, exigiram-lhe o pagamento de uma multa no valor de dois mil euros e agora está a decorrer um processo em tribunal. Situações como esta repetem-se por todo o concelho, com as forças da autoridade a massacrarem as pessoas com coimas. Face a esta situação, este munícipe solicitou ao senhor Presidente da Câmara que encontre uma solução para estes problemas. -----

----- No seguimento desta intervenção, o senhor Presidente do Município concordou com as preocupações manifestas pelo senhor José Azevedo e por muitos outros munícipes que o contactam para lamentarem a atuação da GNR e solicitou autorização à Assembleia Municipal para que, na próxima reunião com o Comandante Distrital ou com os comandantes locais da GNR, possa abordar esta questão da atuação dos elementos do SEPNA/EPNAZE no concelho de Terras de Bouro, no que foi autorizado por unanimidade. -----

----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida nos pontos da Ordem de Trabalhos, que eram os seguintes pontos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove de dezoito de Setembro; -----
2. Análise e votação de alteração ao Mapa de Pessoal; -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

3. Análise e deliberação sobre a proposta da Divisão de Planeamento e Urbanismo relativa à indigitação da Senhora Engenheira Liliana Azevedo, técnica do Município, para efeitos de avaliação do estado de conservação dos imóveis no concelho, no âmbito dos requisitos constantes da Portaria número mil cento e noventa e dois-B/ de dois mil e seis, de três de Novembro; -----
4. Deliberação sobre o Voto de Pesar pelo falecimento da esposa do senhor Deputado Dr. Agostinho Moura. -----
5. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil onze. -----

---- Para dar início aos assuntos da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente do Município que começou por entregar ao Presidente da Mesa o Relatório da Inspeção da IGAL feita ao Município de Terras de Bouro, em dois mil e onze, e prestou breves informações sobre esse Relatório, que será disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal que o desejarem. -----

---- O período da Ordem do Dia prosseguiu com a apresentação da situação económica e financeira do Município, começando o Senhor Presidente do Município, por referir o montante da receita e da despesa até ao dia vinte de abril. -----

---- De seguida o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas entre o dia vinte e sete de janeiro e o dia desta sessão. Referiu-se ao projeto *Aqua Cávado*, concretamente à implementação do trilho interpretativo da Albufeira da Caniçada e equipamentos de apoio, adjudicado à empresa ABB por cento e cinquenta e três mil euros; à conclusão do Regadio de Poças do Eido e Abilhães em Rebordochão, na freguesia de St.^a Isabel do Monte; à realização das Jornadas da Saúde no dia dezoito de maio; à implementação do trilho interpretativo da Serra Amarela, através do projeto *Natur Parque*; à coordenação de visitas ao Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna/Porta do PNPG, com as turmas do Agrupamento de Escolas do concelho; às comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios; ao apoio à organização do “Limpar Portugal”, nomeadamente

na palestra de sensibilização realizada no Museu de Vilarinho da Furna; à preparação do cartaz das festas concelhias; ao apoio no Desfile de Carnaval e apoio logístico na exposição "Pintar a Páscoa II". -----

----- Continuando a sua intervenção, ainda sobre a atividade da Divisão da Cultura e Desporto, informou que, relativamente à geminação com Saint Arnoult en Yvelines, a visita a França foi adiada para o mês de outubro por conveniência de ambas as partes. Deu conhecimento da presença do Município na Feira de Nanterre, em Paris, e na Bolsa de Turismo de Lisboa, BTL, em Lisboa, com a presença de um grupo de Tocadores de Concertinas do concelho de Terras de Bouro. Referiu a nova edição da Revista Turística do concelho e os apoios às Associações Desportivas no que se refere à formação das camadas jovens, como os escalões de iniciados, juvenis e juniores. -----

----- Relativamente à Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente, referiu a instalação de ramais de água e saneamento na freguesia de Vilar e no lugar de Ervedeiros, em Carvalheira, e uma série de projetos que aguardam a abertura de candidaturas, previstas na reformulação do QREN. Relativamente às obras de rede de água e de saneamento, o senhor Presidente deu conhecimento que a autarquia suportou, até à data, um esforço financeiro de setecentos e oitenta e seis mil euros para obras nessa área. -----

----- Referiu-se também às atividades da Divisão de Obras Municipais, nomeadamente à empreitada do campo de futebol da Pereira, no Gerês, que é da responsabilidade do Grupo Desportivo do Gerês, com o qual a Câmara Municipal celebrou um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, e à pavimentação do acesso à Vila do Gerês, no valor de cento e quinze mil euros, e de outras pavimentações em curso. -----

----- Quanto às atividades da Divisão de Planeamento e Urbanismo, além das obras particulares e de projetos para as Juntas de Freguesia e outras instituições do concelho, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Município, GAM, esta Divisão tem centrado o seu trabalho na revisão do PDM, que se encontra concluída por parte do Município, aguardando-se apenas que a Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Nacional tenham técnicos disponíveis para se deslocarem ao terreno e certificarem as propostas do Município. -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente do Município informou que no próximo mês de agosto serão colocados à venda mais cinco lotes do Loteamento da Corredoura, na sede do concelho. E para terminar a sua intervenção neste primeiro ponto da ordem de trabalhos, fez referência à inauguração do Balcão Único de Atendimento, no passado dia vinte e cinco de Abril, e salientou os comentários muito positivos que tem recebido por parte dos munícipes. -----

----- Dando cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente do Município informou que o Orçamento de Estado para dois mil e doze abre a possibilidade aos funcionários municipais com vínculo à função pública de concorrerem a concursos internos e, neste sentido, a autarquia pretende proceder à criação de um lugar de técnico superior na área de informática. Ainda sobre este assunto, pediu autorização para, na próxima sessão da Assembleia Municipal, apresentar outra alteração ao Mapa de Pessoal para a criação de cerca de 6 vagas da carreira de técnico superior. O senhor Presidente referiu que, entre os funcionários municipais, há quem se empenhe na sua formação académica e profissional e conseguia obter uma licenciatura em áreas muito úteis para a melhoria dos serviços municipais. Deste modo, considera um incentivo e um prémio pelo esforço dispendido a possibilidade desses funcionários passarem para técnicos superiores, ficando responsáveis por serviços e áreas municipais que necessitam do seu trabalho. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, que demonstrou todo o apoio à criação dos referidos lugares no quadro de pessoal, pois considera que a Câmara Municipal deve valorizar os seus funcionários e optar pela contratação interna. A propósito, referiu que também é funcionário municipal e que nem sempre vê reconhecido o seu trabalho e a sua dedicação. -----

----- De seguida, o senhor Deputado Óscar Rodrigues perguntou se também é possível a abertura de concursos internos para coordenadores técnicos, tendo sido informado

logo de seguida pelo senhor Presidente do Município que tais concursos estão cancelados pelo Orçamento de Estado de 2012. -----

----- Tomou a palavra o senhor Deputado Américo Simões que também demonstrou a sua concordância relativamente ao pedido de alteração do Mapa de Pessoal, tendo em vista a criação de vagas para técnicos superiores. Este deputado salientou que, como se trata de concursos internos, não será aumentado o quadro de pessoal do Município e, deste modo, os funcionários com licenciatura sentirão que valeu a pena investir na sua formação académica. É pois um justo incentivo à valorização profissional, concluiu.

----- De seguida, todos os membros da Assembleia Municipal aprovaram por unanimidade o ponto dois da ordem de trabalhos e autorizaram a que, na sessão de junho desta Assembleia, seja apresentada uma alteração ao Mapa de Pessoal para a criação de cerca de 6 vagas da carreira de técnico superior. -----

----- Posteriormente, e já no terceiro ponto, o senhor Presidente do Município abordou a necessidade da indigitação de um técnico do Município, nomeadamente a senhora Engenheira Liliana Azevedo, da Divisão de Planeamento e Urbanismo, para efeitos de avaliação do estado de conservação dos imóveis do concelho, no âmbito dos requisitos constantes na Portaria número mil cento e noventa e dois-B/ de dois mil e seis, de três de Novembro. -----

----- Colocado à votação, o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- Dando cumprimento ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o voto de pesar pelo falecimento da esposa do Senhor Deputado Agostinho Moura foi aprovado por unanimidade. -----

----- No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, **“Análise e votação dos Documentos de Prestações de Contas relativos a 2011”**, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para proceder a uma apresentação abreviada destes “Documentos”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez a leitura da seguinte exposição, que se transcreve na íntegra: -----

----- "A profunda crise económica e financeira que assola o nosso país já se converteu também numa profunda crise social. O desemprego é o principal rosto dessa crise e aquele que mais nos afeta e preocupa. Durante o ano de dois mil e onze, não nos alheámos dos problemas no âmbito do emprego, que é o maior bem social, e do rendimento económico das famílias e, por isso, promovemos a instalação de algumas empresas no concelho, contactámos empresários para investirem no nosso concelho em diversas áreas, assumimos a agricultura como fonte de emprego e de rendimento familiar e, por isso, criámos e temos mantido uma grande dinâmica no Gabinete de Apoio ao Agricultor que, através de candidaturas, faz com que centenas de milhares de euros entrem no concelho para apoiar os nossos agricultores e melhorar a qualidade de vida das suas famílias. Consideramos que o Gabinete de Apoio ao Agricultor foi uma excelente aposta na medida em que tem prestado um apoio contínuo, eficaz e gratuito a todos os agricultores do concelho. -----

----- Ao abrigo de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito das medidas Contrato Emprego-Inserção e Estágio Qualificação-Emprego, o Município integrou sessenta e quatro trabalhadores ao longo de dois mil e onze, o que se traduziu numa despesa de oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e três euros, e setenta e sete cêntimos. -----

----- Sabemos que o turismo é uma alavanca da economia do nosso concelho e, por isso, criámos um novo posto de turismo na vila do Gerês, situado num local mais atraente e com maior visibilidade. Para divulgar as potencialidades turísticas do nosso concelho e atrair visitantes, estivemos presentes em várias revistas e jornais regionais, nacionais e internacionais; continuámos a publicação de uma nova revista turística municipal, em vários idiomas; participámos na Feira de Nanterre, em Paris; na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém; e na Bolsa de Turismo de Lisboa. -----

----- Além do emprego, do rendimento económico das famílias, do apoio à agricultura e do desenvolvimento do turismo, outra grande preocupação das nossas decisões políticas ao longo de dois mil e onze foi (e continuará a ser) a Ação Social. Conhecemos as dificuldades de muitas pessoas e famílias, conhecemos o sofrimento de muitos idosos e não ficámos indiferentes: apoiámos financeiramente vários Centros Sociais e

de Solidariedade Social do nosso concelho; concretizámos um programa de apoio social aos mais carenciados através de trabalho comunitário; abrimos a Loja Social do Município através do projeto "Município Amigo". De modo a proporcionar aos nossos idosos uma vida mais digna e ativa, dinamizámos os projetos "Bem Envelhecer" e "Envelhecer a Sorrir", através da realização de inúmeras atividades culturais, desportivas e de lazer. Mantivemos e reforçámos vários apoios sociais (apoio social escolar, apoio às famílias carenciadas, apoio à natalidade, apoio aos jovens na construção de habitação própria com redução de taxas municipais e elaboração gratuita de projetos, etc.). -----

----- Também nos empenhámos na melhoria da qualidade de vida dos terrabourenses. Assim, procedemos à requalificação de várias vias municipais (em Souto, Covide, Guardenha, Gondoriz, Cibões, Ribeira e Balança); continuámos a alargar e a melhorar as redes de água e de saneamento em várias freguesias (lugares da Seara e S. Pedro, em Rio Caldo; lugares do Outeiro e Cruzes, em Vilar); procedemos ao arranjo urbanístico de espaços públicos, o que evidencia a nossa preocupação no embelezamento do concelho e no bem-estar das pessoas residentes e das que nos visitam: melhorámos significativamente os jardins públicos no concelho; embelezámos a vila do Gerês; colaborámos no arranjo do espaço público junto ao tanque de Ervedeiros, em Carvalheira; na pavimentação do largo junto ao Mirante, no lugar da Ermida; na requalificação do Largo do Tanquinho, em Rio Caldo. -----

----- Nos domínios da Cultura e Educação, colaborámos na publicação de livros de autores concelhios ou sobre o nosso concelho (*Memórias Geresianas, Coração de Algodão, O Gerês: de Bouro a Barroso, Árvores do PNPG*). Valorizámos o trabalho realizado no domínio da educação, mantendo uma atitude de colaboração ativa com as escolas, os jardins de infância e o Agrupamento de Escolas. Organizámos os transportes escolares e evidenciámos a nossa preocupação com a segurança dos nossos alunos (para isso, adquirimos novas viaturas para o transporte escolar); fornecemos refeições às crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico; promovemos a Componente de Apoio à Família das crianças do ensino pré-escolar, disponibilizando

refeições e atividades de prolongamento do horário; organizámos o concurso de professores para as Atividades de Enriquecimento Curricular; organizámos e dinamizámos o programa «ATL de Verão» e a “Colónia de Férias Júnior”. -----

----- No âmbito da Saúde, desenvolvemos o projeto de saúde oral “Terras de Bouro a Sorrir” e promovemos a orientação e a vigilância da alimentação e nutrição na comunidade escolar. -----

----- Atentos ao associativismo e à preservação do nosso património cultural, concretizámos o apoio técnico, financeiro e/ou material a diversas Associações e Instituições: Banda Musical de Carvalheira, Ranchos Folclóricos e Associações Culturais e Desportivas. Promovemos diversas comemorações, eventos culturais, educativos, recreativos e desportivos: Encontro de Coros de Natal e Reis; Dia Internacional dos Museus; IX Encontro de Tocadores de Concertina e Cantares ao Desafio; II Prova de Ciclismo Póvoa de Varzim – Terras de Bouro; Torneio Municipal de Futsal; Festas Concelhias; XI Encontro da Pessoa Idosa (realizado em Fátima); XI Encontro Nacional de Poetas; Jornadas Europeias do Património; Comemorações do Dia do Município; Feira de S. Martinho; etc. Em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, dinamizámos o Desfile de Carnaval, as Marchas Populares de Junho, a Recriação do Foral Quinhentista do Concelho, a Feira das Profissões, o Dia Mundial da Criança e do Ambiente, etc. -----

----- Relativamente às obras municipais de maior relevo, com recurso ao QREN – Fundos Comunitários, concluímos a modernização e a interligação dos serviços municipais; criámos o balcão único de atendimento que será inaugurado no dia vinte e cinco de Abril de dois mil e doze; concluímos a piscina municipal; executámos os projetos “Infraestrutura Tecnológica de Educação – TIC”, “Cávado Digital”, “Gestão e Prevenção de Riscos” e “Equipamento de Proteção Civil”; iniciámos o projeto “Aqua Cávado”, que criará centros de promoção turística, arranjo de espaços públicos e criação de trilhos pedestres no vale do Cávado e no vale do Homem; reformulámos os projetos do Parque da Vila, na sede do concelho, e do *Natur* Parque, no Campo do Gerês, e aguardamos a sua (re)aprovação definitiva para darmos início à sua execução (projetos contratados há mais de seis meses e com execução financeira inferior a 10%;

cf. resolução do Conselho de Ministros número trinta e três de dois mil e doze); elaborámos os projetos e apresentámos candidatura aos fundos comunitários para a Requalificação da Vila Termal do Gerês, para a Loja de Turismo de Rio Caldo e para a Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso na iluminação pública. Concluímos ou estão em fase de conclusão os projetos do Arranjo Urbanístico das Margens da Albufeira da Caniçada / Ecovia Rio Caldo – Gerês, da Praia Fluvial do Alqueirão, do Açude no Rio Homem, da Central de Camionagem, do Ciclo Urbano da Água (redes de água e saneamento), da Requalificação de Estradas Municipais, da Recuperação de Trilhos Pedestres e Rede Intermunicipal de Trilhos e aguardamos a abertura de candidaturas aos fundos comunitários. -----

----- Quanto ao QREN, no final de dois mil e onze atingimos uma execução financeira de oitenta e quatro por cento ao nível dos projetos contratualizados através da CIM do Cávado e de cerca de quarenta e cinco por cento ao nível do ON2. Globalmente, atingimos uma execução financeira de sessenta por cento. -----

----- Decidimos ainda, com recurso ao orçamento municipal, requalificar o Parque Desportivo da Pereira, na vila do Gerês, de modo a criar as condições para o desenvolvimento da prática desportiva entre as crianças e os jovens do vale do Cávado e contribuir para a dinamização do comércio local. -----

----- Mas o dinamismo e eficácia de um Município também se medem por iniciativas menos visíveis, simples mas úteis. Abrimos uma delegação da Câmara Municipal em Rio Caldo, onde o Presidente da Câmara, todas as terças-feiras, durante a manhã, atende os munícipes que desejarem falar com ele; procedemos à atualização e revisão de alguns regulamentos municipais; não permitimos que o Posto dos Correios na Vila do Gerês encerrasse; conseguimos, através de contactos e reuniões com o Governo, alterar o “conceito de residente” no Plano de Ordenamento do PNPg; resolvemos alguns problemas que se arrastavam no tempo, como o estacionamento na vila de Terras de Bouro, com a colocação de parcómetros, e o elevado número de sinistros automóveis no cruzamento entre a estrada nacional duzentos e cinco-três e a estrada

municipal, em Souto, com o alargamento desse cruzamento de modo a aumentar a visibilidade dos condutores, etc. -----

----- Valorizámos o papel das Juntas de Freguesia na resolução de vários problemas e na construção de um concelho mais atrativo e qualificado. Mantivemos um diálogo constante com os Senhores Presidentes das Juntas e facultámos o apoio técnico e financeiro necessário à concretização de diversas obras. Não conseguimos aprovar e protocolar muitas obras necessárias nas freguesias e solicitadas pelos Senhores Presidentes das Juntas devido às dificuldades económicas que o município atravessa e nunca por indiferença ou esquecimento. -----

----- O relatório das atividades do Município apresenta muitas outras iniciativas que não interessa estar aqui a escarpelizar. -----

----- Relativamente à **execução orçamental de 2011**, verificou-se uma receita global de 10.153.266,99 €, a que corresponde uma taxa de execução de cerca de 74%, e uma despesa de 10.183.389,21 €, com uma taxa de execução de cerca de 74%. Se excluirmos a receita prevista do parque da Vila, de 1.100.000,00 €, teremos uma taxa de execução da receita de 80%. -----

----- Apresentamos os valores das dívidas do nosso Município, em 31 de dezembro de 2011: -----

----- **Dívidas de curto prazo/fornecedores: 382.000,00 €** (menos cerca de 149.000,00 € do que em 31 de dezembro de 2010, o que significa uma redução de cerca de 28%.) ----

----- **Dívidas de médio e longo prazos (empréstimos bancários): 4.568.000,00 €** (menos cerca de 445.000,00 € do que em 31 de dezembro de 2010, o que significa uma redução de cerca de 9%). -----

----- Temos consciência de que há muitos problemas por resolver: a falta de emprego, o abastecimento de água ao domicílio em várias freguesias, a requalificação de vias de acesso, o saneamento básico, etc. Não se consegue, apesar do nosso empenho, dar início à construção da variante de Covide devido ao parecer negativo da CCDR-N. Temos de aguardar pela revisão em curso do PDM para regularizarmos esta obra. -----

----- Ao nível da execução orçamental, temos de conseguir o equilíbrio entre receitas e despesas correntes. Em 2011, tal equilíbrio não foi possível porque a Câmara

Municipal teve (e tem) de responder a muitos pedidos e problemas sociais, a despesas com a educação (em 2011, a despesa foi de cerca de 530.000,00 €), a apoios e subsídios diversificados (só às IPSS atribuímos 120.000,00 € de apoios). É uma opção política manifestamente assumida: apoiar as pessoas, as Instituições, a educação, a cultura e responder ao que é mais urgente e mais necessário. Com o avolumar das restrições orçamentais e da assunção de compromissos (“lei dos compromissos e pagamentos em atraso”, publicada em 8 de Fevereiro de 2012), a Câmara Municipal não tem, no presente, condições económicas para, por um lado, cumprir todas as suas obrigações e, por outro lado, satisfazer tantos pedidos e tantas necessidades. Conscientes desta situação, temos procurado reduzir significativamente as despesas correntes nos primeiros quatro meses de 2012. -----

---- Em síntese, ao longo de 2011, tornámos o nosso Concelho mais atrativo, mais atento aos problemas sociais e ambientais, mais diligente com as Instituições de carácter cultural e desportivo, mais apoiado na agricultura, mais apostado no turismo e financeiramente mais equilibrado. -----

---- Apesar dos constrangimentos orçamentais provocados pela diminuição da receita municipal devido à redução das transferências do Orçamento do Estado para as autarquias, aos apoios que tivemos de conceder, às dívidas do Município de curto prazo que tivemos de liquidar e também aos juros e amortizações das dívidas de médio e longo prazo, consideramos ter atingido um desempenho globalmente positivo nas atividades desenvolvidas e na despesa efetuada, pelo que solicitamos a aprovação deste documento de Prestação de Contas pelos Senhores Deputados Municipais.” (fim da transcrição) ” -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para quem desejasse comentar ou avaliar a apresentação dos documentos de prestação de contas que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de fazer. Como não se registaram inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por maioria, com sete abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata. -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

----- Sobre este assunto, o Partido Social Democrata apresentou uma Declaração de Abstenção de voto, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Os deputados desta Assembleia Municipal eleitos pelo PSD declaram que se abstiveram na votação dos Documentos de Prestação de Contas do município de Terras de Bouro relativos a 2011, pelos motivos seguintes: -----

----- 1. Coerência com a posição assumida aquando da votação das Grandes Opções do Plano para 2011; -----

----- 2. Constatarmos que alguns aspetos que, durante vários anos, foram objeto de crítica por parte dos eleitos pelo partido socialista, como a revisão do Plano Diretor Municipal e o aumento das despesas de investimento, continuam na mesma ou pioraram 1,5 milhões de euros a menos do que em 2009; -----

----- 3. Verificarmos que os indicadores de gestão, globalmente e à exceção dos impostos directos, nunca foram tão maus, sobretudo nas despesas de investimento onde se regista uma queda acentuada. Por outro lado, as despesas correntes continuam a subir: 706.000 € a mais do que em 2009.” (fim da transcrição) -----

----- O Senhor Presidente do Município pediu autorização à mesa para comentar a declaração apresentada pelo Partido Social Democrata, o que lhe foi concedido. -----

----- O Senhor Presidente do Município teceu os seguintes comentários, que se transcrevem na íntegra: -----

----- “A situação que mais preocupa os eleitos pelo PSD prende-se com o aumento das despesas correntes e a diminuição das despesas de capital ou de investimento. É verdade que tal situação também nos preocupa. Mas tem duas justificações: 1.º) Muitas despesas até 2009 eram inscritas como despesas de capital erradamente (por exemplo, despesas com veículos, com as festas concelhias, com a animação de verão). A auditoria às contas, em 2010, alertou-nos para essas situações irregulares, que nós corrigimos. 2.º) Face às enormes dificuldades que as pessoas e instituições atravessam, tivemos de responder a muitos pedidos e problemas sociais, a apoios e subsídios diversificados (só às IPSS atribuímos 120.000,00 € de apoios em 2011). É uma opção política manifestamente assumida: apoiar as pessoas, as Instituições, a educação, a cultura, o desporto e responder ao que é mais urgente e mais necessário. Contudo,

reconhecemos que é importante um maior equilíbrio entre despesas correntes e despesas de capital. Vamos perseguir esse objetivo. -----

----- Aproveito para esclarecer o seguinte: ao longo de 2011, regularizámos todas as dívidas dos mandatos do executivo anterior (PSD) com a empresa ACF. As dívidas a esta empresa eram as que apresentavam maiores dificuldades de regularização. Por isso, a ACF colocou uma ação administrativa comum no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, exigindo à Câmara Municipal de Terras de Bouro o pagamento de 380.848,72 € de obras executadas e não pagas, alegando enriquecimento sem causa por parte do Município. Após diversas reuniões entre as partes, ficou acordado o pagamento da dívida no montante de 317.545,69 €, acrescida de 13.231,07 € de juros, em 24 prestações mensais, com início em 15 de Fevereiro de 2012. Importa referir que, no acordo judicial celebrado entre a ACF e a Câmara Municipal, na sua cláusula quinta, ficou registado o seguinte: “Com o cumprimento integral da presente transação, as partes declaram nada mais terem a reclamar ou a receber entre si relativamente ao objeto do presente processo e, ainda, relativamente a quaisquer outras obrigações que decorram de situações semelhantes, designadamente trabalhos ou serviços de construção civil e afins, que não tenham obedecido às regras da contratação pública e não formalizados devidamente, executados até 2 de novembro de 2009, data da tomada de posse do atual Executivo Camarário.” Isto é, o executivo atual assumiu todas as dívidas do passado e libertou de qualquer incómodo o executivo anterior. -----

----- Alguns eleitos pelo PSD se fossem, no mínimo, reconhecidos, estariam agora a agradecer ao atual executivo em permanência a resolução destas situações e não estarem a referir que “os resultados nunca foram tão maus”, pois, por não corresponder à verdade, esta afirmação torna-se ofensiva e não tem em conta o esforço demonstrado, quer a nível das atividades desenvolvidas quer do equilíbrio financeiro das contas do Município, uma vez que, em 2011, se registou uma redução significativa das dívidas de médio e longo prazos e das dívidas de curto prazo.” (fim da transcrição) -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Claudino Ferreira, referindo que não era necessária uma posição tão amargurada por parte do senhor Presidente da Câmara, tendo em consideração que os elementos do PSD apenas apresentaram a declaração de voto baseada em aspetos reiterados no passado pelo Partido Socialista e em elementos visíveis nas contas do Município, estando de acordo com vários pontos apresentados na exposição do senhor Presidente da Câmara sobre os documentos de prestação de contas. -----

----- O senhor Deputado Alexandre Pereira solicitou a palavra para abordar a questão da alteração do horário e do dia das sessões desta Assembleia, pois torna-se bastante cansativo a realização de uma sessão noturna tão tardia. -----

----- Ainda sobre o mesmo assunto, o senhor Deputado Vítor Mendes interveio igualmente para referir que talvez fosse conveniente voltar a alterar o dia e a hora das sessões da Assembleia Municipal. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Gonçalves, colocou de seguida à consideração dos presentes a hipótese deste assunto ser discutido na próxima sessão da Assembleia Municipal, tendo merecido a concordância de todos os presentes. -----

----- Sendo já uma hora da madrugada do dia seguinte, e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

A Secretária

Solvia T. L. Gomes F. Gomes

